



TERMO DE REFERENCIA

ÓRGÃOS SOLICITANTES:

SEMSUR - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

AGETTRAN - AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA PARCIAL DE IMÓVEL PATRIMONIAL DE AREA PUBLICA NO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL DE DOURADOS – MS, DENOMINADO TERMINAL RODOVIÁRIO RENATO LEMES SOARES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. CÓDIGO PMD: 73776-1..

1.3. As exigências contidas nas legislações, normas e resoluções devem ser atendidas pela Contratada, assim como suas eventuais atualizações e normativas que vierem a surgir na vigência do contrato.

1.4. A licitante vencedora deverá estar habilitada para realizar os serviços para os seguintes quantitativos dos itens que compõem o objeto da contratação, melhor detalhado no APENDICE C/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA elaborada pelo corpo técnico especializado da SEMSUR:

AGETTRAN - AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

OBJETO: REFORMA PARCIAL DO TERMINAL RODOVIARIO RENATO LEMES SOARES
LOCAL : PREDIO DO TERMINAL RODOVIARIO DE DOURADOS - MS

DATA BASE: SINAPI 12.25/AGESUL JUN 25 - BDI = 25,00%

RESUMO DO ORÇAMENTO SEM DESONERAÇÃO

| ITEM | SERVIÇOS | TOTAL | % |
|------|---|----------------------|----------------|
| I | BANHEIROS E OUTROS | | |
| 1 | DEMOLIÇÕES E RETIRADAS | R\$ 9.430,27 | 4,74% |
| 2 | REVESTIMENTO | R\$ 28.215,46 | 14,18% |
| 3 | INSTALAÇÕES SANITÁRIAS | R\$ 40.567,02 | 20,38% |
| 4 | ESQUADRIAS | R\$ 30.209,36 | 15,18% |
| 5 | VIDROS | R\$ 2.467,90 | 1,24% |
| 6 | FORROS | R\$ 1.526,75 | 0,77% |
| 7 | PINTURA | R\$ 20.590,00 | 10,35% |
| 8 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | R\$ 540,37 | 0,27% |
| 9 | INSTALAÇÕES PREVENTIVAS CONTRA INCENDIO | R\$ 7.142,40 | 3,59% |
| 10 | INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS | R\$ 33.513,48 | 16,84% |
| 11 | ACESSIBILIDADE | R\$ 24.819,20 | 12,47% |
| | TOTAL SERVIÇOS | RS 199.022,21 | 100,00% |



1.5. NATUREZA DO OBJETO

1.5.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5.2. Por ser de reforma de prédio público, resta configurado tratar-se de obras para a realização de serviços comuns de engenharia, logo, a modalidade para o certame será a concorrência, nos termos da Lei nº 14.133/2021 que estabelece ser a concorrência usada para contratar bens e serviços especiais, bem como obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

1.5.3. Assim, em sendo obra, há que se aplicar ainda o disposto no Decreto Municipal nº 286, de 11 de junho de 2025 e Lei nº 5.346 de 05 de junho de 2025, normas municipais que tratam das fases do procedimento de licitação para contratação de obras no âmbito dos órgãos da Administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo, estabelecendo que "Os processos de licitações para contratação de obras no âmbito dos órgãos da Administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo, devem observar as seguintes fases, nesta ordem:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de habilitação;

IV - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

V - de julgamento;

VI - recursal;

VII - de homologação.

1.6. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

1.6.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP)?

() Sim (x) Não

1.6.2. Será adotado tratamento diferenciado a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 (alterado pela Lei Complementar n.º 147/2014)?

() Sim (x) Não

I. Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

() Sim (x) Não

Justifica-se a não aplicação para os itens 1.6.1 e 1.6.2 se dá devido ao fato do objeto da licitação ter valor superior a R\$ 80.000,00 e não haver parcelamento em itens, tendo em vista a necessidade de integração total dos serviços, objeto dessa contratação, conforme informações pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar.

II. Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 61 da Lei Complementar 331/2017; art. 48 Lei Complementar 123/2006);

() Sim (x) Não

Justifica-se a não aplicação devido ao não parcelamento dos serviços a serem contratados. A licitante vencedora deverá dissolver todos os custos na planilha orçamentária, portanto, não se vislumbra divisão de itens, mas um serviço completo fornecido por apenas 1(uma) empresa. Salienta-se apenas que essa



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fis: _____
Prot.Eletr. 4.677/2025
Rubrica: _____
Proc.: 147/2025

subcontratação não deve ser confundida com a que está disposta no art. 122 da Lei 14.133/21. Informações detalhadas sobre o assunto encontram-se no Estudo Técnico Preliminar

- III. Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

() Sim (x) Não

Justifica-se a não aplicação devido ao fato da presente contratação não se tratar de aquisição de bens de natureza divisível.

- 1.6.2. A contratação se dará em lotes?

() Sim (x) Não

JUSTIFICATIVA: nos termos do art. 40, estabelece em seu § 2º da Lei 14133/2021, a licitação em lotes ou grupos pressupõe a aglutinação de vários itens num mesmo lote ou grupo, com o objetivo de otimizar a licitação, contudo, deve existir a possibilidade de ser executados de forma separada e em espaços físicos diferentes da reforma, ou seja, interno e externo ao prédio, mas não é o caso. Estamos tratando de uma reforma parcial do terminal rodoviário que continuará funcionando enquanto passa pela reforma, desta feita, inviável que mais de uma empresa esteja com instalações de reforma no prédio onde circulam pessoas diariamente, não só os trabalhadores como os passageiros locais e de fora.

- 1.6.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (*visita técnica*)?

(x) Sim () Não

JUSTIFICATIVA: Inicialmente há que se enfatizar que **A VISITA TÉCNICA NÃO É OBRIGATÓRIA**, ou seja, é facultada às licitantes interessadas decidir por fazer ou não a visita técnica. Contudo, é nosso dever destacar a importância desta para que possa haver uma avaliação prévia dos locais de execução com o conhecimento pleno das condições e locais do objeto a ser contratado, dentre outros fatores que influenciam na elaboração da proposta. Exemplo: real situação dos banheiros a serem reformados.

1.6.3.1. As licitantes interessadas, à seu julgo, **PODERÃO**, através de seu preposto, efetuar a Visita Técnica para avaliar as condições locais, a quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização dos serviços, formas e condições de suprimento, meios de acesso e obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para a preparação de sua proposta.

1.6.3.2. A Visita Técnica será agendada para se realizar **até o último dia útil anterior ao do certame**, com saída marcada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos –SEMSUR, a fim de que haja tempo hábil para elaboração das propostas e de possíveis questionamentos conforme a determinação legal.

1.6.3.3. O agendamento, em tempo hábil, deve ser formal, por escrito, até as 12 horas do terceiro dia útil anterior à data marcada para o certame, na sede da SEMSUR, na Av. Marcelino Pires, 3930, Jd. Caramuru, Piso Superior do Terminal Rodoviário Renato Lemes Soares, podendo ainda ser solicitado por e-mail, no endereço eletrônico financeiro.semsur@dourados.ms.gov.br, para que haja tempo hábil ao agendamento das interessadas, por ordem de solicitação.

1.6.3.4. O horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dourados, é de 7h30min à 13h30min. Desta feita, há tempo hábil para, no máximo duas empresas por dia, para que a visita técnica atenda seus objetivos, devendo assim, as licitantes interessadas agendarem com antecedência para que consigam realizar a visita.

1.6.3.5. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos em conjunto com a AGETTRAN fornecerá às empresas interessadas, **Atestado de Visita, declarando que as mesmas visitaram os locais dos serviços e tem pleno conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto a ser contratado.**

1.6.3.6. O Município considerará que as propostas apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento dos locais de execução dos serviços, não podendo a Contratada, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos ou condições do Contrato, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o mesmo.



1.6.4. Caso as empresas interessadas entendam ser desnecessária a visita técnica, deverão apresentar, na data do certame, Declaração Formal de Dispensa (modelo APÊNDICE A), assumindo o risco de eventuais consequências, não podendo alegar desconhecimento das condições para execução dos serviços licitados nem, em hipótese alguma, após efetivação do contrato, pleitear modificações nos preços, prazos ou condições do Contrato, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o mesmo.

1.6.5. A presente declaração poderá ser suprida com a declaração geral, constante no edital onde as licitantes interessadas declaram, em suma, estarem adstritas as normas editalícias.

1.6.6. Será admitida a participação de consórcios?

(x) Sim () Não

1.6.7. Será admitida a participação de cooperativas?

() Sim (x) Não

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (alínea "b", inciso XXIII, art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021)

2.1. O presente processo licitatório está fundamentado nas condições aqui contidas e nas dispostas no ETP, bem como pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei 8078/90, Decretos Municipais de regulamentação da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 286, de 11 de junho de 2025 e Lei nº 5.346 de 05 de junho de 2025, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações.

2.2. Os serviços que compõem o objeto do presente Termo se tratam de obra e se classificam como serviços comuns de engenharia, portanto, **a modalidade para o certame será a concorrência, nos termos da Lei nº 14.133/2021 que estabelece ser a concorrência usada para contratar bens e serviços especiais, bem como obras e serviços comuns e especiais de engenharia.**, na forma eletrônica

2.3. São serviços comuns de engenharia, conforme definição contida na alínea a do inciso XXI, Artigo 6º :

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXI. serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

2.4. **JUSTIFICAMOS A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, fundamenta-se no inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020, nos seguintes termos:

I. A Prefeitura Municipal de Dourados, considerando toda sua estrutura organizacional e a metodologia contemporânea de gestão pública, vincula-se ordinária e inexoravelmente aos meios de tecnologia para a busca do atendimento de excelência aos seus Municípios, estabelecendo, por conseguinte uma base de inteligência segura, que permita estabelecer a correlação entre o poder público, os seus servidores e colaboradores, adotando como parâmetro fundamental os princípios constitucionais da publicidade e eficiência (art. 37, caput da Constituição Federal).

II. No mesmo sentido encontramos o controle externo, via Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Judiciário, Legislativo e Municipal, Conselhos Municipais, assim como o controle social da comunidade como um todo, e finalmente a própria imprensa que tem ao longo do tempo tido um



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fls: _____
Prot.Eletr. 4.677/2025
Rubrica: _____
Proc.: 147/2025

papel importante na divulgação de atos e fatos que tem levado a facilitar sobremaneira o controle social e apontando as necessidades de realização dos serviços pretendidos.

- III. **A justificativa** do presente pleito, além do sobredito, está na necessidade de revitalizar o espaço público municipal que há muito tempo vem sendo usado de forma precária, sendo necessária uma readequação para que possa ser usado de forma adequada, sem qualquer risco. Visa garantir a salubridade, segurança e a integridade da área do patrimônio público e dos usuários das dependências da Rodoviária Municipal, proporcionando melhores condições de uso, maior conforto, proteção e prevenindo possíveis danos ou acidentes.
- IV. *Como sobredito, considerando que as dependências e suas estruturas se encontram em estado crítico devido à ausência periódica de serviços contínuos de manutenção ao longo dos anos anteriores, os serviços de Reforma parcial da rodoviária visam a execução de Demolições e Retiradas dos materiais, aplicação de Revestimentos, Instalações Hidro sanitárias, Esquadrias, Vidros, Forros, Pinturas, Instalações Elétricas, Instalações preventivas contra incêndio e diversos.*
- V. A referida ausência de manutenção no decorrer dos anos, teve como consequência a deterioração das instalações dificultando sua funcionalidade e comprometendo a segurança e o acesso de usuários ao local, bem como a utilização com saúde e segurança das dependências do prédio, como banheiros constantemente deteriorados, muitas vezes pelos próprios usuários. A falta de reparos resultou em danos às estruturas, aumentando o risco de acesso de pessoas, não só pela ação destas, bem como pelo desgaste natural por tempo de uso.
- VI. Dourados é a segunda maior cidade do Estado e seu constante crescimento, bem como pelo grande fluxo de pessoas que diariamente transitam pelas dependências da Rodoviária nos levam a comprovar que da forma em que se encontra, nossa rodoviária não é mais adequada à realidade do município e da região devido ao grande número de pessoas que passa pelo local diariamente.
- VII. Ademais, no ano de 2022, O Ministério Público Estadual, por meio da 10ª Promotoria de Justiça, instaurou o Inquérito Civil no 06.2022.00000199-2, e Notificou a AGETTRAN a apresentar defesa em relação a situação precária do nosso Terminal Rodoviário. E, no entendimento do MPE. Nos termos da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, que determina que a tarifa de utilização de terminal tem como fato gerador a efetiva utilização dos terminais rodoviários pelas empresas de transporte coletivo de caráter intermunicipal, para embarque e desembarque dos passageiros, não se tratando de tributo, mas de uma contraprestação por serviço público efetivamente prestado, e a respectiva receita tem como destino a conservação e manutenção do terminal; e que eventual valor pago pelos usuários em razão da utilização do Terminal Rodoviário Municipal de Dourados - Renato Lemes Soares, deve ser revertido para manutenção e custeio dos serviços imprescindíveis às necessidades básicas dos passageiros, entre as quais se destaca o uso dos sanitários, assentos, espaços coletivos, que devem ter condições sanitárias aceitáveis, sob pena de violação da própria dignidade dos usuários. Nesse sentido, restou acordado com MPE a manutenção e reforma dos banheiros do Terminal Rodoviário, o que o fazemos com o presente processo.
- VIII. *Portanto, diante do exposto, torna-se imprescindível esta contratação, pois a deterioração do patrimônio, com o passar do tempo, faz com que o estado de danificação se torne cada vez mais caótico, o que pode acarretar maiores prejuízos para o Município.*
- IX. Como não dispomos de recursos humanos, habilitados a realizar de forma adequada os referidos serviços, bem como a ausência da logística necessária, como equipamentos e maquinários e as experiências dos últimos anos indicam que a terceirização do serviço é mais vantajosa, pois propicia um melhor atendimento à população já que serão realizados por empresa do ramo.
- X. A terceirização tem sido utilizada como meio de redução de gastos e utilização de pessoal especializado na área de apoio. Nesse sentido, a utilização dos serviços terceirizados poderá minimizar as dificuldades ocasionadas pela carência de pessoal, material e logística.
- XI. Considerando que o regular processo de licitação destina-se a garantir a **observância do princípio constitucional** da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a



Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

XII. Por todo o exposto e considerado, a realização do processo de licitação para a *contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma parcial das instalações da edificação patrimonial de área pública no terminal rodoviário municipal de Dourados* é medida que se impõe.

2.5. O objeto da contratação está previsto no **PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL e NO PLANO PLURIANUAL - PPA [2022-2025]**, conforme consta em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.6. A duração do futuro contrato, por ser obra de reforma parcial de imóvel público, deverá seguir o cronograma especificado no APENDICE C /PLANILHA ORÇAMENTÁRIA elaborada pelo corpo técnico especializado da SEMSUR, qual seja, **04(quatro) meses para a execução dos serviços contados da assinatura do contrato e 06(seis) meses de validade do contrato**, na forma do artigo 106 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7. O contrato deverá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e a previsão orçamentária.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (alínea "c", inciso XXIII, art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021)

3.1 Os serviços, objeto do presente TR, prevêm a *reforma parcial das instalações da edificação patrimonial de área pública no terminal rodoviário municipal de Dourados* e estes deverão ser realizados atendendo ao projeto e suas definições (APENDICE D - PROJETOS BASICOS), anexos a esse TR, conforme orientação dos fiscais do contrato.

3.2. DA ESPECIFICAÇÃO

3.2.1 As especificações a seguir estabelecem uma diretriz para os serviços a serem executados durante a reforma pretendida, apresentando uma coletânea de procedimentos e sistemática que a **CONTRATADA** deverá ater-se durante a execução, cujos custos de sua execução já estarão na maioria das composições, diluídos nos preços unitários dos diversos itens listados na planilha quantitativa e orçamentária

3.2.2 Os serviços necessários serão executados obedecendo rigorosamente ao aqui apresentado, e na planilha orçamentária e ao cronograma físico financeiro, bem como as indicações, recomendações e/ou exigências constantes das normas técnicas da ABNT; das normas ou catálogos dos fabricantes e das concessionárias.

3.3. DO VALOR

3.3.1 O Valor estimado foi baseado na tabelas de preço do SINAPI/Regional-MS, Agesul e através de composições de preços e estimou-se o valor global de **R\$ 199.022,21 (cento e noventa e nove mil, vinte e dois reais e vinte e um centavos).**

3.4. DO LOCAL

3.4.1 Os serviços serão executados no Terminal Rodoviário de Dourados Renato Lemes Soares localizado na Av. Marcelino Pires, 3930, Jd. Caramuru - CEP 79.820.101, conforme detalhamento no **APÊNDICE B – MEMORIAL DESCRITIVO.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea "d", inciso XXIII, art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021)

4.1-CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.

4.1.1 Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços?

(x) Sim ()Não

A – DA HABILITAÇÃO, considerando o disposto no inciso III, artigo 1º da lei 5346/2025.







Nos termos do artigo 63 da lei 14133/2021, as licitantes interessadas poderão **APRESENTAR A DECLARAÇÃO de que** *“atendem aos requisitos de habilitação exigidos em edital, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, especificamente, os documentos que comprovem a capacidade técnica operacional e profissional e demais Apresentação dos os documentos que comprovem a sua qualificação e capacidade técnica constantes nos seguintes termos:*

A1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Nos termos do Art. 69 da Lei Federal nº 14133/2021, a habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório. Portanto, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

I. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

a. Em caso de empresa em recuperação judicial, deverá a licitante apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

II. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)

b. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

c. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 65, §1º).

d. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

e. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

f. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

A2. REGULARIDADE JURÍDICA - Nos termos do artigo 66 da Lei Federal 14133/2021

I. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

III. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

IV. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VI. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da



autenticidadenositio<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>, ou
"www.portaldoempreendedor.gov.br",

VII. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta licitação.

A3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

II. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal, onde for sediada a empresa, com validade na data da realização da licitação:

a. Para os municípios que emitem prova de regularidade para com a Fazenda Municipal em separado, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão de Tributos Mobiliários (Ex.: IPTU e ISSQN respectivamente);

b. Caso a certidão não inclua todos os Tributos (mobiliários e imobiliários) e a proponente não possua imóvel cadastrado em seu nome deverá apresentar documento emitido pela Prefeitura Municipal.

III. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado competente, da localidade de domicílio ou sede da licitante, na forma da Lei, ou documento emitido pela Secretaria competente que comprove a isenção ou não incidência do tributo;

IV. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

V. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

VI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

VII. **Nos termos do art. 68, II, da Lei nº 14.133/2021 que exige a comprovação, no processo de habilitação, da inscrição do licitante no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se existente, relativo ao seu domicílio ou sede e que seja compatível com o objeto da licitação. Esse requisito visa atestar a adequação do licitante ao seu ramo de atividade e à natureza do contrato.**

A4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A4.1- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

4.4.1. Para fins de comprovação de aptidão para execução da presente obra de reforma da Rodoviária, as licitantes interessadas deverão comprovar sua capacidade de execução dos serviços necessários para tanto em grau de equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões, atestados ou Declaração de capacidade técnica operacional, em nome da licitante, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, nos termos do art. 67, 8º 1º e 2º, da Lei n.14.133/2021, com quantidades mínimas



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fls: _____
Prot.Eletr. 4.677/2025
Rubrica: _____
Proc.: 147/2025

de até 50% (cinquenta) do objeto contratual, e referir-se às que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. Sendo:

| ITEM | SERVIÇOS | QUANTIDADE | UN |
|------|----------------------------|------------|----|
| 1 | BANHEIROS E OUTROS | | |
| 1 | DEMOLIÇÕES E RETIRADAS | 127,08 | M² |
| 2 | REVESTIMENTO | 131,5 | M² |
| 3 | INSTALAÇÕES SANITÁRIAS | 19 | UN |
| 4 | ESQUADRIAS | 10 | UN |
| 7 | PINTURA | 312,5 | M² |
| 10 | INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS | 18 | UN |
| 11 | ACESSIBILIDADE | 6 | M |

- I. Para atender o disposto acima, é necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que está emitindo, portanto, deverá ser em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal
- II. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, além do respectivo Conselho Regional.
- III. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- IV. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- V. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade.

A4.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

- I. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, observada a exigência quanto as parcelas de maior relevância que constam como requisito dos atestados de capacidade técnica-profissional, sendo:

| ITEM | SERVIÇOS |
|------|------------------------|
| 1 | BANHEIROS E OUTROS |
| 1 | DEMOLIÇÕES E RETIRADAS |
| 2 | REVESTIMENTO |
| 3 | INSTALAÇÕES SANITÁRIAS |
| 4 | ESQUADRIAS |
| 7 | PINTURA |
| | INSTALAÇÃO DE |
| 10 | EQUIPAMENTOS |
| 11 | ACESSIBILIDADE |

- II. A disponibilidade do profissional pode ser demonstrada por meio de outros documentos, como contrato de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado



apresentado. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

III. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração

IV. Os atestado(s) deverão ser expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, com clara identificação de seu subscritor, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico, expedidas pela entidade competente (CREA/CAU), em nome de profissional de nível superior, integrante do corpo técnico da empresa, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, que comprove(m) a prestação de serviços com características semelhantes e compatíveis dos serviços licitados, respeitado o limite legal de 50% do licitado:

V. A comprovação de que o(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) exigido(s) na alínea anterior pertença(m) ao corpo técnico da empresa poderá ser feita através da apresentação, nos termos dos artigos 12, inciso IV e artigo 70, inciso I da Lei nº 14.133/2021, de cópia da Carteira Profissional de Trabalho e Previdência Social, acompanhados de cópia autenticada de registro de empregados, chancelada pelo Ministério do Trabalho; através de cópia autenticada atualizada do contrato social quando integrante(s) do quadro societário da empresa ou através de contrato de prestação de serviços devidamente registrado junto ao Cartório competente.

VI. A comprovação do vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza deve ser exigida apenas quando da assinatura do contrato, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU- Acórdão nº 2353/2024 -Segunda Câmara).

A5. **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** caso o licitante entenda necessária a realização da visita, fornecido pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, declarando que a licitante visitou os locais de realização dos serviços e obteve todas as informações inerentes ao objeto da contratação ou **Declaração de Dispensa de Visita Técnica** (modelo Apêndice A), onde a mesma deve ser assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

B. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Nos termos do artigo 58 da Lei 14.133/21, no momento da apresentação da proposta, as licitantes habilitadas apresentarão a comprovação do recolhimento de quantia a título de **GARANTIA DE PROPOSTA**, como requisito de pré-habilitação.

- I. A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.
- II. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- III. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- IV. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21, expressos no item 4.2, a seguir
- V. A garantia de proposta deverá ser exigida de todos os licitantes habilitadas e poderá ser prestada nas modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021, à escolha do licitante.
- VI. Essa garantia tem a função de evidenciar a seriedade da proposta apresentada e não se confunde com a garantia contratual, disciplinada por meio dos arts. 96 a 102 da Lei 14.133/2021, a qual tem limites percentuais diferentes e somente pode ser exigida do contratado, com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas por ele perante a Administração.
- VII. Se a licitante optar pelo depósito em conta corrente, deverá apresentar comprovante de depósito na Conta Corrente nº 20902-3, Agência 4336-2, Banco do Brasil

1.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO



1.2.1. Será exigida garantia contratual?
(x)Sim ()Não

4.7.1.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/ 2021, no percentual e condições descritas abaixo:

a) A licitante vencedora deverá prestar garantia no valor de 2,5% do valor total do Contrato, em consonância com as prerrogativas do artigo 96 da Lei n.º 14.133/21, sob pena de decair o direito à Contratação.

b) Em caso de não apresentação da garantia no tempo hábil implicará no atraso do pagamento da primeira medição, estando o pagamento desta vinculado à apresentação da Garantia.

4.7.1.2. A garantia será prestada observando-se o disposto no § 1º, incisos I, II, III e IV artigo 96, da Lei Federal n.º 14.133/21, à critério da Contratada:

I - CAUÇÃO EM DINHEIRO OU EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

a) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária, prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

b) Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia

II - SEGURO-GARANTIA

a) Por ser seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 30 dias após a assinatura do contrato;

b) A apólice do seguro-garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e por 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

c) A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

III - FIANÇA BANCÁRIA: emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

a) No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil e deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato..

IV - TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO: custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei n.º 14.770, de 2023)

a) Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente

b) A garantia exigida pela Administração será utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

c) Nos termos do § 2º artigo 96, da Lei Federal n.º 14.133/21, na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

d) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e



III. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

1.2.1.1. A modalidade seguro-garantia deverá seguir as disposições constantes na CIRCULAR SUSEP n.º 662 de 11 de abril de 2022 e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

1.2.1.2. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

1.2.1.3. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente no pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

1.2.1.4. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1.2.1.5. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.2.1.6. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro.

1.2.1.7. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

1.2.1.8. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

1.2.1.9. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

1.3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO.

1.3.1. O prazo do contrato será de 06 (seis) meses contados da assinatura do mesmo, na forma do artigo 106 da Lei n.º 14.133, de 2021. E a execução dos serviços será de 04 (quatro) meses a contar da ordem de serviços, conforme cronograma físico financeiro, anexo ao presente TR..

1.3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inciso XXIII, art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021)

5.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1.1. A reforma será executada nos locais descritos no memorial descritivo, e atendendo ao APENDICE D - PROJETOS BASICOS, APENDICE C/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA elaborada pelo corpo técnico especializado da SEMSUR e cronograma físico financeiro nela contido.

5.1.2. Os serviços a serem executados descritos no memorial descritivo conforme segue:

| ITEM | SERVIÇOS DE |
|------|------------------------|
| 1 | DEMOLIÇÕES E RETIRADAS |
| 2 | REVESTIMENTO |
| 3 | INSTALAÇÕES SANITÁRIAS |
| 4 | ESQUADRIAS |
| 5 | VIDROS |
| 6 | FORROS |



| | |
|----|---|
| 7 | PINTURA |
| 8 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS |
| 9 | INSTALAÇÕES PREVENTIVAS CONTRA INCENDIO |
| 10 | INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS |
| 11 | ACESSIBILIDADE |

5.2. DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.2.1. A metodologia da execução dos serviços deverá seguir as normativas pertinentes, tendo como objetivo a estabelecer uma diretriz, uma coletânea de procedimentos e sistemática que a **CONTRATADA** deverá ater-se durante a execução dos serviços, cujos custos de sua execução já estarão inclusos nas composições e diluídos nos preços unitários dos diversos itens listados na planilha orçamentária.

5.2.2. Para tanto, as equipes de trabalho deverão respeitar todas as Normas Técnicas Brasileiras quanto ao procedimentos corretos de execução dos serviços licitados..

5.2.3. Os serviços serão executados pela empresa Licitante Vencedora, através de equipes de trabalhadores com equipamentos, veículos, materiais necessários e equipamentos de segurança, individuais e coletivos e tudo mais que se fizer necessário, fornecidos pela Licitante Vencedora, às suas expensas, da seguinte forma:

I. Diária,

II. Emissão de Ordem de Serviço para execução das atividades elencadas neste Termo de Referência

5.2.4. Estas ordens serão emitidas por serviço, podendo ser dentro de períodos determinados ou periodicidade, de acordo com a especificidade de cada atividade.

5.2.5. A execução dos serviços sem prévia autorização implicará na glosa financeira de tal atividade da medição, devendo para tanto, quando necessária a execução, ser devidamente justificada a necessidade sob a condicionante de aprovação do corpo técnico da SEMSUR.

5.2.6. Os serviços a serem executados diariamente terão a abrangência dos locais determinados pela SEMSUR, através de seu Secretário, Diretoria do Departamento/Gestor do Contrato e fiscais onde serão utilizadas equipes compostas pelos trabalhadores da empresa Licitante Vencedora.

5.2.7. Os serviços deverão ser executados da forma e ordem estabelecida pela SEMSUR.

5.2.8. Ficará a cargo da Licitante Vencedora o deslocamento dos trabalhadores de um local de trabalho para outro, bem como da sede a ser implantada, se for o caso, sempre que for necessário, com a utilização de veículo próprio (utilitário, micro-ônibus, ônibus, etc.)

5.2.9. O horário estabelecido para a execução dos serviços deverá ser fixo, não se permitido mudanças sem prévia anuência da SEMSUR.

5.2.10. Sempre que houver alteração na programação, seja por inclusão ou exclusão de serviços, a programação devidamente ajustada deverá ser encaminhada a SEMSUR com a devida justificativa.

5.2.11. Todos os trabalhadores dispensados ou afastados, por qualquer motivo, inclusive férias, deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por profissionais igualmente habilitados, especialmente os supervisores e encarregados.

5.2.12. A jornada de trabalho será 220 (duzentos e vinte) horas/mês por pessoa, conforme Convenção Coletiva de Trabalho do Estado do Mato Grosso do Sul do ano em exercício, distribuídas de segunda-feira a sábado, obedecendo escala de revezamento para atender a necessidade do serviço, respeitando os períodos de descanso legal de cada trabalhador e as demais disposições da legislação trabalhista vigente, não podendo ultrapassar as 44 horas semanais por trabalhador.

5.2.13. Para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Licitante Vencedora deverá disponibilizar um número suficiente de operários devidamente treinados, distribuídos de uma maneira que garanta as atividades diárias, nunca inferior ao estimado nas planilhas, devendo, para tanto, emitir **cronograma prévio** de serviços a serem executados no dia seguinte e entregá-los ao fiscal/gestor do contrato, diariamente.



5.2.14. No decorrer do prazo contratual poderá haver alterações nas quantidades de operários a disposição da SEMSUR, seja por necessidade de serviço ou por adequação a ajustes financeiros. Tais alterações serão obrigatoriamente comunicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo a Licitante Vencedora efetuar estes ajustes neste prazo, salvo situações emergenciais devidamente formalizadas em tempo hábil, em até 3 (três) dias úteis de suas ocorrências.

5.2.15. A Licitante Vencedora deverá oferecer EPI's- Equipamentos de Proteção Individual e EPC's- Equipamentos de Proteção Coletiva a todos os funcionários, conforme sua função e risco de seus serviços.

5.2.16. O Município de Dourados não terá quaisquer responsabilidades em caso de acidentes com funcionários ou terceiros. Deverão ser observadas todas as normas trabalhistas e de segurança do trabalho vigentes.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A CONTRATADA é obrigada a manter, durante a prestação do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Contrato.

- I. As máquinas, equipamentos e uniformes deverão seguir as normas segurança apropriadas para a execução dos trabalhos.
- II. Durante a vigência do Contrato, poderão ser solicitadas à CONTRATADA, alterações que se fizerem necessárias à programação dos trabalhos.
- III. A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo fiscal do Contrato, atendendo prontamente todas as reclamações ou sugestões.
- IV. Todos os trabalhos realizados pela CONTRATADA deverão ser executados sem transtorno para todos os servidores da Municipalidade, bem como dos demais estabelecimentos englobados neste procedimento.
- V. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para o cumprimento das Normas Regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, inclusive quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Fica a cargo da CONTRATADA e às suas expensas o fornecimento desses equipamentos aos seus empregados.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, objeto do presente Contrato;

- I Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços;
- II Realizar o pagamento pela realização dos serviços nos termos estabelecidos no Contrato;
- III Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas na execução do objeto do Contrato;
- IV Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- V Manter contato com a CONTRATADA, sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência, os quais deverão ser confirmados também por escrito, em até 3 (três) dias úteis de suas ocorrências.
- VI Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- VII Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- VIII Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- IX Relatar em tempo hábil, ocorrências que possam acarretar dificuldade no desenvolvimento dos serviços;
- X Expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA determinando as providências necessárias;
- XI Examinar as Carteiras Profissionais dos funcionários quando necessário, para comprovar o registro de função profissional, na execução dos serviços;
- XII Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer equipamento ou veículo, cujo uso seja considerado prejudicial à boa execução dos serviços;
- XIII Executar mensalmente a medição dos serviços executados;



- XIV Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais, aplicando as penalidades legais e contratuais;
XV Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inciso XXIII, art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput), a serem nomeados via Resolução após a formalização do contrato, sendo os servidores eleitos dentre os elencados no Decreto Municipal nº 176 de 17 de março de 2025 publicado no diário oficial do município nº 6.351 de 02 de abril de 2025, que trata de designar servidores da SEMSUR para atuarem como gestor e fiscal dos contratos oriundo dos processos de licitação desta

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa disponível durante o período de execução Contratual.

7.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput), a serem nomeados via Resolução após a formalização do contrato, sendo os servidores eleitos dentre os elencados em Decreto Municipal nº 176 de 17 de março de 2025 que trata de designar servidores da SEMSUR e **Decreto nº 462, de 11 de novembro de 2025 que “Designa integrantes para compor a equipe de gestores e fiscais de contratos da Agência Municipal de Transporte e Trânsito – AGETRAN, sendo:**

I. FISCAIS TÉCNICOS: Decreto Municipal nº 176 de 17 de março de 2025

Titular: Caio Matheus Torres de Souza


Matrícula: 114.772.139-1

Suplente: João Carlos Pissini Battaglin

Matrícula 146511-4

II. FISCAIS ADMINISTRATIVOS: Decreto nº 462, de 11 de novembro de 2025

Titular: : Valdinei Rodrigues de Araújo

Matrícula 671281707-; 



Suplente: Eduardo Estigarribia de Almeida

Matrícula: 114775154-1

III. GESTORES DO CONTRATO/ Decreto nº 462, de 11 de novembro de 2025

I. TITULAR: Kesia Mariely Belarmino Silva Dutra

Matrícula.: 114775465-2

II. SUPLENTE: Gildecir Amorin de Oliveira

Matrícula.: 88831-1;

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

7.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTOR DO CONTRATO

7.18. O gestor do contrato, nomeado dentre os servidores elencados no Decreto Municipal nº 2902 de 26 de janeiro de 2024 que trata de designar servidores da SEMSUR para atuarem como gestor e fiscal dos contratos oriundo dos processos de licitação desta, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com



menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.25. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.26. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.27. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.28. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.29. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO(alínea "g", inciso XXIII,art.6º,da Lei n.º14.133/2021)

8.1 - DO RECEBIMENTO

8.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30(trinta) dias, pelo fiscal técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.(art. 140, I, "a" , da Lei n.º 14.133de 2021)

8.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.1.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.1.5. Os fiscais do contrato, realizarão o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.1.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores



previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

I. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

II. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

III. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

IV. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

V. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.7. As medições serão apresentadas mensalmente, conforme a data da ordem de serviço pelo representante da CONTRATADA, em conformidade com os modelos e/ou formulários apresentados pela CONTRATANTE, devidamente atestadas pelos fiscais e gestores do referido contrato.

8.1.8. O valor de cada medição será obtido pela soma dos produtos quantitativos de serviços executados, pelos respectivos preços unitários propostos, devidamente atestados pelos fiscais e gestores.

8.1.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. LIQUIDAÇÃO

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10(dez) dias úteis, para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período..

9.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133/21.

9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I. O prazo de validade;

II. A data da emissão;

III. Os dados do contrato e do órgão contratante;

IV. O período respectivo de execução do contrato;

V. O valor a pagar; e

VI. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



9.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

9.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao **sistema de compras eletrônicas indicados no respectivo instrumento convocatório**, nos termos do artigo 7º do Decreto Municipal 2129/2023, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao **sistema de compras eletrônicas indicados no respectivo instrumento convocatório**, nos termos do artigo 7º do Decreto Municipal 2129/2023 para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.2.7. Constatando-se, junto ao **sistema de compras eletrônicas indicados no respectivo instrumento convocatório**, nos termos do artigo 7º do Decreto Municipal 2129/2023, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao **sistema de compras eletrônicas indicados no respectivo instrumento convocatório**, nos termos do artigo 7º do Decreto Municipal 2129/2023.

9.3. PRAZO DE PAGAMENTO

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa exclusiva do Contratante, o pagamento será efetuado com atualização financeira, calculada de acordo com a taxa SELIC, após 60 (sessenta) dias do vencimento do documento fiscal.

9.4. FORMA DE PAGAMENTO

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio



de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea "h", inciso XXIII, art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021)

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, **nos termos da Lei nº 14.133/2021 que estabelece ser a concorrência usada para contratar bens e serviços especiais, bem como obras e serviços comuns e especiais de engenharia.**

10.2. Exigências de habilitação

O edital oferecerá maior detalhamento das exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

10.3. Qualificação técnica

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, nos termos do item 4 do presente TR

11.ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO(alínea "i", inciso XXIII, art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021) e do REAJUSTE/EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

11.1. O custo estimado total da contratação será **R\$ 199.022,21 (cento e noventa e nove mil, vinte e dois reais e vinte e um centavos)**, conforme planilha orçamentária elaborada pelos técnicos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

11.2. Serão desclassificadas todas as propostas apresentadas com preço acima dos valores especificados.

11.3. Nos preços contratados deverão estar computadas todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução dos serviços, tais como: mão de obra, equipamentos, materiais, bem como todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, lucro, depreciação dos veículos, equipamentos e mobiliários, todos e quaisquer tributos, bem como despesas e investimentos diretos e indiretos e outros não especificados, mas relacionados com a execução dos serviços.

11.3.1. Será adotado para o envio de lances eletrônico e o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.3.2. O valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação não será sigiloso.

11.3.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances abertos, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$370,00 (trezentos e setenta reais)**, que equivalem a aproximadamente 0,2% do valor estimado, acima expresso.

11.3.4. Em atenção ao disposto no Decreto Municipal nº 2120/2023, o prazo de validade da proposta é de 60(sessenta) dias.

11.4. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da CONTRATADA com vistas à manutenção do Equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, ou seja, retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais que reflitam a variação dos insumos utilizados, desde a data do fato até a data do adimplemento de cada parcela.

11.5. Durante a vigência do contrato, as parcelas do cronograma físico-financeiro que, no momento de sua efetiva execução, ultrapassarem o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento inicial da Prefeitura de Dourados, serão reajustados aplicando-se o Índice Nacional de Custo de Construção – INCC/SINAPI/REGIONAL-MS ou o que venha a substituí-lo.



11.6. O descumprimento injustificado do cronograma físico financeiro proposto, por responsabilidade da Contratada, bem como de outras obrigações contratuais, ensejará a não concessão de reajuste anual.

11.7. O reajuste concedido, nos termos do artigo 136, I, da Lei nº 14.133/2021, será registrado no contrato por simples apostila, não sendo necessária a celebração de termo aditivo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea "j", inciso XXIII, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15.00 – Secretaria Municipal de Planejamento

15.06 – Agência Municipal de Transporte e Trânsito

15.452.43 – Programa de Aperfeiçoamento dos Serviços Urbanos Ofertados

2.133 – Conservação do Patrimônio Público

44.90.51.00 – Obras e Instalações

Despesa 09

Fonte: 1.753.0000

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. Caso haja inexecução parcial ou total do Contrato com fundamento no artigo 156 e respectivos incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

I-) **Advertência** - corresponde a infrações de menor potencial ofensivo aos interesses da Administração, para sua aplicação é indispensável a instauração do devido processo administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa. Importante registrar que a penalidade de advertência é decorrente da atividade obrigatória de fiscalização de contratos administrativos prevista no artigo 117 da lei nº. 14.133/2021, devendo haver a notificação preliminar da contratada;

II-) **Multa** - subdividida em duas espécies: a moratória e a punitiva. Em relação à multa moratória, está prevista no artigo 162 da 14.133/2021 e ocorre em relação a algum atraso injustificado na execução contratual. Já a multa punitiva (ou cominatória), tem o caráter de punição e pode ser aplicado em qualquer infração administrativa listada no artigo 155 da lei nº. 14.133/2021, no percentual de 1%, a descontar o valor da multa do valor dos pagamentos devidos pela administração. Caso o valor devido seja insuficiente para pagar a multa, deve-se acionar a garantia contratual, e, em último caso, realizar a cobrança judicial.

III-) **Impedimento de licitar ou contratar** - penalidade de cunho mais grave e pode ser aplicada, unicamente, nas situações descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do artigo 155 da lei nº. 14.133/2021.

IV-) **Declaração de inidoneidade** - penalidade mais grave que se pode aplicar a um contratado ou licitante.

13.2. A notificação que dará ciência à Contratada de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.

13.3. A Contratada, uma vez cientificada de que lhe foi imposta penalidade, terá o direito de recorrer, observando o Devido Processo Legal.



13.4 As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste Contrato, nem a responsabilidade da Contratada por perdas e danos que causar ao Contratante ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais, nem impedem a rescisão do Contrato.

13.5. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

11.6. As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da


infração cometida pelo adjudicatário, facultada a defesa prévia do interessado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

13.7. Sendo aplicadas as multas acima especificadas, deverá a Contratada recolher o valor da multa na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Dourados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contadas da entrega da notificação, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério do Contratante.

13.08. Não havendo pagamento a fazer à Contratada, serão as multas e outros débitos inscritos na Dívida Ativa para cobrança executiva.

14. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA

Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pelos servidores desta secretaria, na qual ratificam as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.

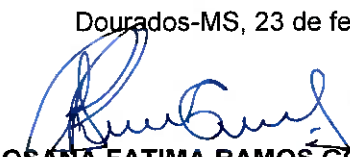

JOÃO CARLOS P. BATTAGLIN
Matrícula Funcional 146511-4


WALKIRIA REBEQUE C. PANSERA
Matrícula Funcional 114771343-2

15. DA AUTORIZAÇÃO

15.1. Aprovamos o presente Termo de Referência e seus anexos e autorizamos o encaminhamento para abertura do processo licitatório para a efetivação da contratação pretendida.


LUIS ROBERTO MARTINS DE ARAÚJO
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Dourados-MS, 23 de fevereiro de 2026.

ROSANA FATIMA RAMOS GONÇALVES
Diretora Presidente da AGETRAN



APÊNDICE A

(modelo)

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA À VISITA TÉCNICA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Nome do responsável legal da empresa). _____; CNPJ nº _____ Endereço completo: _____ telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Declaro que **dispensa a visita técnica** aos locais e às instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº **/2025, Processo de Licitação nº /2025/DL/PMD**, e que **o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços**, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Declaro ainda que **assumimos o risco de eventuais consequências**, não podendo alegar **desconhecimento das condições para execução dos serviços licitados nem, em hipótese alguma, após efetivação do contrato, pleitear modificações nos preços, prazos ou condições do Contrato, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o mesmo.**

(localidade) _____, de de 2025.

Declaração deve ser assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:

CPF:

(Obs. Entregar com a documentação no envelope de Habilitação preenchido e assinado com cópia da procuração se for o caso, nos termos estabelecidos em edital)